



**lazer
sem
restrições
congresso
mundial
de lazer
2018**



SESC SÃO PAULO BRASIL
28 AGO - 1 SET

**leisure beyond constraints
world leisure congress
2018**

**ocio sin barreras
congreso mundial
de ocio 2018**





C76098

Congresso Mundial de Lazer (15: 2018: São Paulo, SP, Brasil).

Anais / Congresso Mundial de Lazer, organizado por World Leisure Organization; Serviço Social do Comércio; Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). – São Paulo, SP, Brasil, 28 agosto a 02 setembro 2018 pelo Serviço Social do Comércio. –

São Paulo: Sesc São Paulo, 2019 –.

910 p. il: grafs., tabs. edição trilingue (português/inglês/espanhol).

ISBN 978-85-7995-231-9

1. Lazer. 2. Lazer sem restrições. 3. Gestão do Lazer. 4. Políticas Públicas de Lazer e Recreação. 5. Formação Profissional no Lazer. 6. Pesquisas em Lazer no Brasil. 7. Barreiras. I. Título. II. World Leisure Organization. III. Serviço Social do Comércio. IV. Sesc SP. V. Sesc Pinheiros. VI. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP).

CDD 793



BEM VIVER COMO EMANCIPAÇÃO RUMO À SUPERAÇÃO DO LAZER MERCANTIL

Alberto Acosta¹

19 de setembro de 2018

“A liberdade, Sancho, é um dos dons mais preciosos, que aos homens deram os céus: não se lhe podem igualar os tesouros que há na terra, nem os que o mar encobre; pela liberdade, da mesma forma que pela honra, se deve arriscar a vida, e, pelo contrário, o cativo é o maior mal que pode acudir aos homens”.

**Dom Quixote
II Parte, Cap. LVIII**

O ponto de partida

“O lazer é essencial à civilização e, em tempos passadas, o lazer de uns poucos só era possível pelo trabalho da maioria. Todavia, o trabalho era valorizado não porque fosse bom em si, mas porque o lazer era considerado bom. E a técnica moderna possibilita distribuir lazer com igualdade sem ocasionar prejuízo algum à civilização”.

**Bertrand Russel
Elogio ao Ócio (1932)**

Após constatar crescentes e graves problemas sociais — particularmente econômicos, culturais e ambientais —, em diversos locais se questionam cada vez mais as ideias convencionais do progresso e do seu principal fruto, o desenvolvimento (Gudynas e Acosta, 2011). Inclusive várias “grandes conquistas tecnológicas” são insuficientes — e até mesmo contraproducentes — para resolver os graves problemas da Humanidade. Os resultados são evidentes e, sem dúvida, os desafios também.

Essas “conquistas” do progresso geram múltiplas violências, próprias de um sistema que sufoca toda dimensão vital. Produtivismo e consumismo, estimulados pela ânsia do lucro incessante, o patológico “amor ao dinheiro”² e do poder que este representa³, criam uma

1 Economista equatoriano. Professor universitário. Ex-ministro de Minas e Energia. Ex-presidente da Assembleia Constituinte. Ex-candidato à Presidência da República.

NOTA: Este trabalho sintetiza várias contribuições publicadas sobre o tema pelo autor destas linhas.

2 “O amor ao dinheiro como posse — diferente do amor ao dinheiro como meio para o gozo e as realidades da vida — será reconhecido pelo que é, uma morbidade um pouco fastidiosa, uma dessas tendências semicriminosas, semipatológicas que se costuma confiar com arrepios a especialistas em doenças mentais”. Keynes (1930)

3 “A inversão e confusão de todas as qualidades humanas e naturais, a conjugação das impossibilidades; a força divina do dinheiro radica em sua essência enquanto essência genérica desterrada, alienante e autoalienante do homem. É o poder alienado da humanidade”. Marx (1844).



“civilização do desperdício” (Schuldt, 2013) destinada ao abismo. Sem dúvida esta é “a era da sobrevivência” (Giraldo, 2014), em que a espécie humana aposta seu futuro a cada passo. Um enigma de escassas soluções, pior se confirmarmos que

“a estupidez é uma força cósmica democrática. Ninguém está a salvo. E seja no norte, no sul, no leste ou no oeste, cometemos as mesmas estupidezes uma e outra vez. Parece existir algo que nos torna imunes à experiência” (Max-Neff, 1993).

Urge então recuperar a capacidade de valorizar e extrair conclusões da experiência. Tanto para não repetir as mesmas estupidezes, quanto para guiar nossos passos perante os desafios atuais. Por exemplo, a experiência de outras realidades pode ajudar-nos a despertar do enlouquecido trânsito para o abismo que percorremos de mãos dadas com um crescimento econômico que, qual religião, move os povos. E da margem das propostas, urge conhecer e recuperar ideias, valores, experiências e práticas de vida harmoniosas, que — em sua maioria — nascem da longa memória das comunidades indígenas.

Diante de uma vida humana em perigo, é crucial o reencontro com aqueles grupos cuja existência se sustenta na harmonia e no equilíbrio de suas relações sociais e respeitando os ciclos ecológicos. Essas realidades, invisibilizadas até não muito tempo atrás, contrastam com um mundo moderno onde a sede pelo “progresso” e “desenvolvimento” é responsável direta pelas complexas e graves crises que afetam a Humanidade.

Por isso, de muitos setores e locais, emergem alternativas que ultrapassam a Modernidade e seus conceitos e onde a vida digna (humana e não humana) é central; vida digna atingível somente em liberdade, sem escravidão direta ou indireta, onde o gozo da cotidianidade não esteja fragmentado entre o trabalho obrigatório e o lazer mercantil.

É possível aprender das visões, valores, experiências e práticas de outras formas de vida para construir um mundo onde caibam todos os mundos em equilíbrio e liberdade? Podemos pensar num mundo do Bem viver⁴, onde os equilíbrios sociais e a harmonia ecológica constituam uma única unidade?

Para tentar, o primeiro passo é reconhecer a nossa própria estupidez.

A estúpida inércia de uma cruzada falida

“O engano e a desilusão, os fracassos e os crimes têm sido companheiros permanentes do desenvolvimento. Contam uma mesma história: não funcionou. Além disso, desapareceram as condições históricas que possibilitaram a proeminência dessa ideia: o desenvolvimento tornou-se antiquado. Sobretudo, as esperanças e os desejos que lhe deram asas estão agora esgotados: o desenvolvimento ficou obsoleto.”

Wolfgang Sachs (1992)

Ficam para trás as promessas do “desenvolvimento”, nutridas por um dos corações da Modernidade: o “progresso”. Cada vez mais se esvaecem as ilusões nascidas — com força

⁴ Consultar mais textos de Acosta, entre outros, em Oviedo Freire, 2010; Huanacuni Mamani, 2010; Houtart, 2011; Giraldo, 2014; Esterman, 2014; Gudynas, 2014; Solón, 2016.



inusitada — do discurso do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949. Já se vão 70 anos de uma cruzada incessante e frustrante.

Embora os questionamentos tenham surgido quase desde o início dessa cruzada, e suas inocultáveis limitações continuem intensificando-se, a busca pelo “desenvolvimento” persiste. Oscila-se entre economicismos que igualam “desenvolvimento” com crescimento do PIB e visões mais complexas como a do “desenvolvimento em escala humana” ou a do “desenvolvimento sustentável”, para citar apenas duas. Em todos os casos, o problema não são as trilhas escolhidas, mas o próprio conceito de “desenvolvimento” que leva a um beco sem saída. E, enquanto o desencanto floresce, emergem com crescente força discussões e propostas voltadas a construir um pós-desenvolvimento (sintetizado claramente por Koldo Unceta, 2014, buscando vincular este debate com as contribuições do Bem viver).

O que interessa agora é criticar o próprio conceito de “desenvolvimento”, uma entelúquia que — perversamente — normatiza e rege a vida de grande parte da Humanidade que jamais atingirá esse tão ansiado fim.

É desolador, mas a utopia do nosso tempo é um “desenvolvimento” inatingível para todos, por mais veloz que se corra. Além disso, nessa louca corrida, perdeu-se muito, como as tradicionais tarefas diárias das comunidades indígenas para que estas se tornem mão de obra para o capitalismo ou para permitir a massiva extração de recursos naturais para o mercado mundial. A vida comunitária foi — e continua sendo — vista como ociosa e causadora da pobreza e do “subdesenvolvimento”.

A tarefa de transformar os membros das comunidades em “produtivos”; e, a Natureza em mercadoria implica múltiplas violências, tanto materiais como simbólicas, que assolam igualmente corpos e territórios. Era necessário produzir para o mercado, principalmente o mundial. Era necessário gerar receitas para superar a miséria. E tudo a partir da visão de um mundo individualista, produtivista, consumista, extrativista...

O saldo é evidente:

“À medida que aumentou a produção mundial também — ou precisamente devido a isso — o consumo de bens materiais foi convertendo-se de forma crescentemente num fim em si mesmo, para não dizer na meta última dos consumidores nas economias de mercado. O que nos levará a questionar-nos se com isso, além da dilapidação de recursos em um planeta finito, não estaríamos sacrificando também a liberdade, o bem-estar e a felicidade das pessoas, contrariamente àqueles que alegam — começando pela grande maioria de economistas ortodoxos — que esses fins estão positivamente correlacionados com o consumo crescente de bens e serviços, entendidos como ‘satisfechores’ de determinadas necessidades”⁵ (Schuldt, 2013, tradução nossa).

5 *“A medida que ha aumentado la producción mundial también –o precisamente debido a ello- el consumo de bienes materiales se ha ido convirtiendo crecientemente en un fin en sí, por no decir en la meta última de los consumidores en las economías de mercado. Lo que nos llevará a preguntarnos si con ello, aparte de la dilapidación de recursos en un planeta finito, no estaríamos sacrificando también la libertad, el bienestar y la felicidad de la gente, contrariamente a quienes postulan –comenzando por la gran mayoría de economistas ortodoxos- que esos fines están positivamente correlacionados con el consumo creciente de bienes y servicios, entendidos como satisfactores de determinadas necesidades”*



Sem dúvida persistem pragas como a pobreza, a miséria, as inequidades e o “subdesenvolvimento”. Mas também — e simultaneamente — aqueles países que se assumem como “desenvolvidos” estão presos na armadilha do “progresso”. Basta observar as graves contradições, conflitos e dificuldades nos Estados Unidos, Europa ou Japão, como: crescentes brechas entre ricos e pobres; insatisfação inclusive nos beneficiários de uma maior acumulação material; incapacidade de responder a um desemprego persistente, crítico e irresolúvel a partir das ferramentas tradicionais; a continuidade de uma voraz destruição da Natureza. E aqueles “êxitos” dos últimos anos também caminham para o mesmo naufrágio programado, como ocorre na China ou na Índia.

Em meio a essa voragem da Modernidade, o fenômeno do “ócio” foi transformando-se. Em lugar de expressar liberdade e autonomia, o “ócio” vilmente tornou-se um espaço mercantil da própria vida, mais um dos tantos espaços mercantis criados pelo capital. De ser uma parte integral da vida em muitas comunidades, um momento de criatividade e celebração do sagrado, o “ócio” passou a ser um mero espaço de descanso para repor a força de trabalho e continuar produzindo. Nas sociedades atormentadas pelo produtivismo e pelo consumismo, o “ócio” é até mesmo um terreno fértil de crescentes frustrações e alienações, repleto de diversões passivas que habitualmente não demandam — nem valorizam — o uso de nossos recursos físicos nem mentais. Aliás, agora o “ócio” é um dos maiores negócios do mundo, pois convoca milhões de pessoas, mobilizando verbas enormes. E, para o cúmulo, esse “ócio” reflete sua “utilidade” com a “métrica do prazer” própria dos economistas neoclássicos (nascida do utilitarismo e até do hedonismo). Por isso, o “ócio”, enquanto mercadoria de consumo, é também objeto de políticas estatais onde é planejado, organizado e instrumentalizado como ferramenta para controlar e disciplinar a sociedade: o “pão e circo” do Império romano se reproduz — em escala ampliada — com a velocidade e intensidade das “conquistas” tecnológicas e da acumulação do capital.

Assim, o “lazer mercantil” é mais um reflexo de um mundo “mal desenvolvido” (Tortosa, 2010). Um mundo onde “trabalho” e “ócio” acabam igualmente alienados.

O que entendemos por Bem viver?

“Neste contexto, cabem algumas precisões sobre o conceito do Sumak Kawsay. A partir de nossas vivências, podemos dizer que se trata de um conceito que é a coluna vertebral no sistema comunitário. É uma construção coletiva a partir das formas de convivência dos seres humanos, mas principalmente, em coexistência com outros elementos vitais, onde se constituem as condições harmônicas entre os seres humanos, a comunidade humana e as outras formas de existência no seio da Mãe Natureza. Desde a nossa compreensão, a vida é possível, enquanto exista a relação e a interação de todos os elementos vitais.”⁶ (tradução nossa)

Luis Macas Ambuludi
Líder indígena

⁶ *“En este contexto, caben algunas precisiones sobre el concepto del Sumak Kawsay. A partir de nuestras vivencias, podemos decir que se trata de un concepto que es la columna vertebral en el sistema comunitario. Es una construcción colectiva a partir de las formas de convivencia de los seres humanos, pero ante todo, en coexistencia con otros elementos vitales, donde se constituyen las condiciones armónicas entre los seres humanos, la comunidad humana y las otras formas de existencia en el seno de la Madre Naturaleza. Desde nuestra comprensión, la vida es posible, en tanto existe la relación y la interacción de todos los elementos vitales.”*



Sem negar outras contribuições, em muitos saberes indígenas — fontes inevitáveis do *sumak kaysay* (traduzido no Equador como Bem viver e na Bolívia como Viver bem) — não existe uma ideia análoga ao “desenvolvimento”. Não há uma concepção linear da vida que estabeleça um estado anterior e posterior, a saber, de “subdesenvolvimento” e “desenvolvimento”; dicotomia pela qual deveriam transitar pessoas e países para conseguir o bem-estar, como ocorre no Ocidente. Também não existem conceitos análogos à “riqueza” e à “pobreza”, vistos como acumulação e carência material. De igual modo, o ser humano é visto como mais um ator na Natureza, e não como a “sua coroa”.

O princípio que inspira o Bem viver⁷ é a harmonia ou, se se prefere, o equilíbrio (sem ser a contraposição de forças opostas, como se veria à luz do Iluminismo). Equilíbrio e harmonia na vida do ser humano consigo mesmo, nos indivíduos em comunidade, entre comunidades, povos e nações. E todos, indivíduos e comunidades, vivendo em harmonia com a Natureza. Somos Natureza, ou como diria o Papa Francisco (2015, tradução nossa)

“quando se fala de ‘meio ambiente’, indica-se particularmente uma relação, a que existe entre a Natureza e a sociedade que a habita. Isso nos impede entender a Natureza como algo separado de nós ou como um mero marco da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e estamos interpenetrados.”

Nesta concepção de vida, a relacionalidade é preponderante, pois o mundo possui um incessante e complexo fluxo de interações e trocas: tudo se relaciona com tudo. Dar e receber, a partir de infinitas reciprocidades, complementariedades e solidariedades, é a base do Bem viver. As festividades, como manifestações extraordinárias da cotidianidade, são momentos para desfrutar da vida de forma mais intensa ao compartilhar em comunidade o sagrado da Natureza e, inclusive, ao redistribuir o bem-estar acumulado inequitativamente.

Isto é, o Bem viver assume a postura ética que deve reger a vida humana: cuidar de si mesmo e dos outros seres (humanos e não humanos), buscando sempre equilíbrios que garantam o fluxo da vida. Um mundo inspirador de harmonias e equilíbrios, onde a vida está acima de qualquer outra consideração.⁸ Em termos políticos, diríamos que o Bem viver busca reproduzir a vida e não o capital.

Embora o Bem viver deva ser compreendido a partir de diferentes abordagens e visões evitando homogeneizações — pois restringem as visões e compreensões dos outros —, o núcleo dos debates encerra o holístico de *ver a vida como relação*, relação do ser humano consigo mesmo e com outros seres humanos e não humanos: a Pachanama (Mãe Terra), numa permanente complementariedade entre os uns e os outros.

7 As expressões mais conhecidas do Bem viver ou Viver Bem remetem a conceitos existentes em línguas indígenas da América Latina, tradicionalmente marginalizados, mas não desaparecidos: *sumak kawsay* ou *allí kawsay* (em kichwa), *suma qamaña* (em aymara), *ñande reko* o *tekó porã* (em guarani), *pénker pujústin* (shuar), *shiir waras* (ashuar), entre outras. Existem noções similares em outros povos indígenas, por exemplo: mapuches do Chile, *kyme mogen*; kunas de Panamá, *balu wala*; miskitus na Nicarágua, *laman laka*; bem como outros conceitos afins na tradição maia da Guatemala e em Chiapas do México.

8 Uma conclusão que poderíamos ampliar também à Encíclica Laudato do Papa Francisco. A discussão que abriu esta Encíclica — marginalizada pelos grandes meios de comunicação — abre a porta a aproximações muito interessantes, para amostra o texto de Wolfgang Sachs (2017).



Uma leitura muito clara é a que oferece — da Amazônia — o povo quéchua de Sarayaku ao apresentar a sua proposta de *kawask-sacha* ou floresta vivente:

“KAWSAK SACHA é um ser vivo, com consciência, constituído por todos os seres da Floresta, desde os mais infinitesimais até os seres maiores e supremos; inclui os seres dos mundos, animal, vegetal, mineral, espiritual e cósmico, em intercomunicação com os seres humanos oferecendo o necessário para revitalizar suas facetas emocionais, psicológicas, físicas, espirituais e restabelecer a energia, a vida e o equilíbrio dos povos originários.”

Tal cosmovisão deve ser analisada a partir da história e do presente dos povos indígenas, como parte de sua continuidade histórica. Aqui, passado e futuro se fundem em um presente de (re)conhecimento e (re)construção de alternativas alterativas, preso a suas lutas de resistência frente a intermináveis processos de conquista e colonização. Em definitiva, o que conta é recuperar, sem idealizações, o projeto coletivo de futuro da comunidade indígena com uma clara continuidade desde o seu passado.

Essas utopias andinas e amazônicas — possíveis e realizadas — são plasmadas em seu discurso, em seus projetos políticos e especialmente em suas práticas sociais e culturais, inclusive econômicas. Aqui reside uma das maiores potencialidades do Bem viver: apreender as experiências de povos que vivem com dignidade e harmonia desde tempos imemoriais, mas — insistamos — sem idealizar a realidade indígena.

Atualmente o mundo indígena continua sendo vítima de dominação, exploração e repressão próprios da longa noite colonial, cujas sombras ainda escurecem nossos dias republicanos, seja com governos neoliberais ou progressistas. A influência colonial e capitalista está presente e se infiltra cada vez mais através de múltiplas formas em seu mundo, o que exige evitar as aproximações românticas à realidade indígena.⁹

Então, esta aproximação às experiências indígenas não está isenta de conflitos, aproximações excludentes e inclusive dogmáticas. Esse risco emerge quando se busca diferenciar e separar o Bem viver de seu original *sumak kawsay*. Embora esta aproximação diferenciada permita conhecer melhor o que representa o Bem viver nas comunidades indígenas, nenhum diálogo de saberes e conhecimentos — urgente para a Humanidade — pode ocorrer desde posições dogmáticas e isolacionistas.

Sem negar as especificidades dos mundos indígenas de Nossa América, é necessário complementar e ampliar seus conceitos e vivências com outros discursos, propostas e práticas nascidas de diversas regiões do planeta, espiritualmente emparentadas em sua luta por uma transformação civilizatória. Como propiciar e enriquecer esse diálogo, inclusive com outras alternativas que disputam o sentido histórico nas margens da Modernidade? Eis um dos grandes desafios.

Aqui cabe notar que, enquanto grande parte das posturas convencionais sobre “desenvolvimento” e inclusive muitas correntes críticas nascem de conhecimentos próprios da

⁹ Também cabe aprender daquelas histórias trágicas de culturas desaparecidas por diversos motivos (incluindo seus erros, agressões à Natureza, desigualdade, violência), bem como dos processos ainda vivos, há elementos para pensar soluções inovadoras frente aos atuais desafios sociais e ecológicos.



Modernidade, as visões alternativas que alimentam o Bem viver são alterativas, pois fogem das bases da dominante civilização capitalista; especialmente, antropocentrismo e utilitarismo. A nossa estupidez nos prende a essas bases e, para romper com elas, é necessário um enorme esforço político. Esforço necessário também para romper com o poder do capital e sua propaganda, a qual busca fazer-nos acreditar que cada vez há mais necessidades que somente se satisfazem com maior acumulação do capital, sem sequer pensar em limites sociais nem ecológicos¹⁰.

Assim, ao Bem viver podem juntar-se muitas outras visões que rompem com a civilização do capital, propondo abordagens e propostas — similares em muitos aspectos, sem serem totalmente iguais — presentes em outras partes do planeta, com vários nomes e características. Trata-se de valores, experiências e, principalmente, de práticas existentes em diferentes períodos e regiões da Mãe Terra. Caberia destacar o *ubuntu* (sentido comunitário: *uma pessoa é uma pessoa somente através das outras pessoas e dos outros seres vivos*) na África (D’Alisa, Demaria, Kallis, 2015) ou o *eco-swaraj* (democracia ecológica radical) na Índia (Kothari, Demaria, Acosta, 2015).

Enriquecer este debate com todas as opções possíveis é indispensável. Até do lúgubre “desenvolvimento” podem resgatar-se algumas leituras potentes. Para citar somente uma contribuição, Manfred Max-Neef, Antonio Elizalde e Martín Hopenhayn (1993) anotam com clareza que o “desenvolvimento” se refere às pessoas, e não aos objetos. Por isso, o objetivo do “desenvolvimento” é satisfazer as necessidades fundamentais. Eles consideram que essa satisfação apresenta simultaneidades, complementariedades, compensações, sendo as necessidades sempre as mesmas em todo tempo e lugar. Além disso, nenhuma necessidade é mais importante do que outra nem há uma ordem fixa de precedência entre necessidades.¹¹

A partir dessas reflexões, propõe-se uma teoria e uma taxonomia das necessidades fundamentais, dividindo-as em existenciais (ser, ter, fazer e estar) e axiológicas (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade), onde o “ócio” se equipara às outras necessidades fundamentais para a vida. Seguindo esta categorização, distinguem-se cinco tipos de satisfazedores, relacionados — positiva ou negativamente — à realização das nove necessidades axiológicas e às quatro existenciais.¹² Não está demais lembrar

10 Os limites ecológicos e os pontos de saturação foram abordados por diversos economistas como Nikolas Georgescu Roegen (1971), Herman Daly (1990) ou Joan Martínez Alier (2008). Também John Maynard Keynes discutiu esse tema em 1930: ele garantia que se chegaria ao limite absoluto de saturação, em termos de consumo, no ano 2030.

11 As necessidades não são somente carências (economicismo típico). As necessidades comprometem, motivam e mobilizam, de modo que são também potencialidades e podem ser até mesmo recursos. (p. ex. a necessidade de participar é potencial de participação).

12 Há satisfazedores “inibidores” que “supersatisfazem” uma necessidade determinada e dificultam satisfazer outras necessidades axiológicas. Também há satisfazedores “violadores ou destrutores” que, com a intenção de cobrir uma determinada necessidade, paralelamente impossibilitam satisfazer outras. Um terceiro tipo são os “pseudosatisfazedores”, que estimulam uma falsa ou enganosa sensação de uma necessidade determinada, mas que aniquilam a possibilidade de cobrir uma necessidade que foi originalmente apontada. A esses três satisfazedores contraproducentes se acrescentam dois que cumprem, sim, seu objetivo: satisfazedores singulares, que satisfazem uma única necessidade, como o fornecimento de alimentos — em quantidade e qualidade adequados — que cobre a subsistência; satisfazedores sinérgicos — os mais importantes — que não somente nutrem uma necessidade particular, mas que abrangem várias ao mesmo tempo; como o aleitamento materno, que não somente garante a subsistência, mas que também estimula o afeto, a identidade e a proteção da criança (além do trabalho dos autores mencionados, pode-se consultar o valioso texto de Schuldt, 2013).



a divisão que fazia John Maynard Keynes (1930), quando se pronunciou sobre a necessidade de reduzir o emprego produtivo:

“as necessidades dos seres humanos podem parecer insaciáveis. Mas elas caem em duas classes — aquelas necessidades que são absolutas no sentido de que nós as sentimos qualquer que seja a situação em que nossos semelhantes seres humanos possam estar; e aquelas que são relativas no sentido de que nós só as sentimos se a satisfação delas nos colocar acima, e nos fizerem sentir-nos acima, de nossos semelhantes. Necessidades de segunda classe, essas que satisfazem o desejo de superioridade, podem realmente ser insaciáveis; pois quanto mais alto o nível geral, mais altas ainda elas serão. Mas isso não é tão verdadeiro quanto às necessidades absolutas — um ponto pode ser logo alcançado, muito mais cedo talvez do que nós possamos perceber, quando estas necessidades são satisfeitas no sentido de que nós preferimos dedicar nossas energias adicionais a propósitos não-econômicos.”

Nesse sentido, para atingir o Bem viver, a sociedade deveria privilegiar os satisfazedores sinérgicos que abrangem várias necessidades simultaneamente. Também deveria potencializar os “bens relacionais”, que contribuem para o bem-estar não somente pelo que compram e consomem, mas também pelo “que fazem com outras pessoas”. Isto é, precisa-se de bens e projetos que não somente cubram, por exemplo, as necessidades de ócio e afeto, mas que também abranjam as de entendimento, solidariedade e participação.

Ao mesmo tempo que se recuperam os saberes da *ancestralidade* ou *indigenidade*, podemos incorporar múltiplos questionamentos ao “desenvolvimento” e abrir a porta ao pós-desenvolvimento (Unceta, 2018), e às alternativas ecologistas, muitas sintonizadas com a visão das harmonias com a Natureza que caracterizam o Bem viver. De fato, em paralelo ao posicionamento do Bem viver no âmbito da discussão política amadureceram as críticas acumuladas ao “desenvolvimento”¹³. Tal relacionamento é ao mesmo tempo uma oportunidade e uma ameaça. Como oportunidade, pode levar a construir de forma horizontal e respeitosa novas compreensões do mundo e imaginar alternativas, e como ameaça, pode reeditar a apropriação e a subordinação dessas visões indígenas por parte das tradicionais e usurpadoras leituras da modernidade.¹⁴

13 Tais propostas de origem andino-amazônica cobraram inusitada força política no início deste milênio, ao entrar nos debates nacionais — particularmente da Bolívia e do Equador — num momento de crise generalizada do Estado-nação, oligárquico e de raízes coloniais. Cabe destacar essa irrupção dos movimentos indígenas, enquanto vigorosos sujeitos políticos portadores de sua própria visão de vida. Propostas que, lamentavelmente, não inspiram em nada as políticas dos governos desses países.

14 Anotemos que “O bem viver constitui assim a expressão de uma virada cultural resultante de um paradoxo fecundo: a herança cultural da tradição aborígine da região, que historicamente (e ainda na atualidade) foi considerada como mutuamente excludente com o paradigma do desenvolvimento, é agora reinterpretada como a chave para a renovação e re-legitimação deste último” (Carballo, 2015, tradução nossa, “El buen vivir constituye así la expresión de un viraje cultural resultante de una paradoja fecunda: la herencia cultural de la tradición aborígen de la región, que históricamente (y aún en la actualidad) ha sido considerada como mutuamente excluyente con el paradigma del desarrollo, es ahora reinterpretada como la clave para la renovación y re-legitimación de éste último”). Justamente foi o que aconteceu com os governos progressistas do Equador e da Bolívia, que esvaziaram de conteúdo o Bem viver, para transformá-lo em ferramenta de propaganda e dispositivo de poder dos seus caudilhos.



Vamos considerar que o Bem viver — sendo por excelência um discurso político — não sintetize nenhuma proposta acabada nem indiscutível, não emergja de reflexões acadêmicas, nem de propostas de algum partido político. E, aliás, se o Bem viver provém de uma matriz andino-amazônica ancestral ou de matrizes similares, portadoras de outras racionalidades e de outros *sentipensares* (Escobar, 2014), é muito complexo, senão impossível, entendê-la através do instrumental teórico da Modernidade.

Essas cosmovisões propõem alternativas à cosmovisão ocidental ao surgir de raízes comunitárias não capitalistas, harmonicamente relacionadas com a Natureza e desde territórios específicos. Assim, o Bem viver propõe uma transformação civilizatória ao menos biocêntrica, já não antropocêntrica¹⁵ (na verdade trata-se de impulsionar uma rede de relações harmoniosas vazias de todo centro); comunitária, não somente individualista; sustentada na pluralidade e na diversidade, não unidimensional, nem monocultural. Para entender isso, é necessária uma profunda decolonização intelectual no político, no social, no econômico, no cultural (Quijano 2014).

Um corolário do que foi dito é que não podemos continuar mercantilizando a Natureza, propiciando a sua exploração desenfreada; é preciso desmercantilizá-la; precisamos nos reencontrar com ela, garantindo sua regeneração, a partir do respeito, da responsabilidade e da reciprocidade, a partir da relacionalidade.

Da mesma forma, ao falar de Bem viver — Equador — ou de Viver Bem — Bolívia —, pensamos em plural. Isto é, imaginamos bons conviveres, e não um Bem viver único e homogêneo, impossível de cristalizar. O Bem viver, insistamos, não poderia erguer-se num mandado global único como ocorreu com o “desenvolvimento” na metade do século XX.

Esses bons conviveres (o Bem viver, como se apresenta no texto, mas pensando sempre em plural) mostram tanto caminhos que devem ser imaginados quanto caminhos que já são uma realidade. Isto é, estamos diante de um processo de (re)construção. Esse é o grande potencial dessas visões e experiências. Além disso, como anota Enrique Leff (2010), o imaginário do Bem viver não somente oferece outras formas de organizar a vida, mas sim diferentes formas de compreender o mundo.

Em conclusão, o Bem viver é uma vivência de futuro eminentemente subversiva. Não é um convite a retroceder no tempo e reencontrar-se com um mundo idílico e inexistente. Mas, para ser realmente transformador, o Bem viver não pode tornar-se uma “religião” com o seu catecismo, seus manuais, seus ministérios, seus comissários políticos nacionais e, pior ainda, internacionais (Acosta, 2012).

No entanto, no hipotético caso de que as comunidades indígenas chegassem a desaparecer, poderíamos imaginar outros mundos a partir do que foram as suas vivências e valores, limitando-os — aliás — a novas e diferentes realidades sociais e culturais. O interessante na atualidade é que, em outros espaços, não vinculados diretamente ao mundo indígena andino ou amazônico, constroem-se (o existiam desde antes) opções de vida comunitárias harmoniosas entre os seus membros e deles com a Natureza.

15 Inclusive o Papa Francisco (2015) destaca que “o antropocentrismo moderno, paradoxalmente, terminou colocando a razão técnica acima da realidade, porque este ser humano nem sente a Natureza como norma válida, nem menos ainda como refúgio vivente... Na modernidade houve uma grande desmesura antropocêntrica”.



O Bem viver, como ferramenta para organizar outro mundo

“O direito ao desperdício, privilégio de poucos, diz ser a liberdade de todos. Esta civilização não deixa as flores dormir, nem as galinhas, nem as pessoas. Nas estufas, as flores são submetidas à luz contínua, para que cresçam mais rápido. Nas fábricas de ovos, às galinhas também são privadas da noite. E as pessoas estão condenadas à insônia, pela ansiedade de comprar e pela angustia de pagar”.

Eduardo Galeano (2005).

Da leitura do Bem viver é possível extrair valiosas lições para compreender o mundo. E, além disso — abordamos isso agora — para entender plenamente o significado da unidade na diversidade, que tem a relacionalidade como princípio-chave, do qual se desprende a reciprocidade, a complementariedade, a correspondência, inclusive a solidariedade entre os diferentes componentes da vida.

Resgatemos a possibilidade de assumir o Bem viver como conceito aberto, onde suas raízes indígenas profundas podem enriquecer-se do debate e diálogo com outros saberes e conhecimentos na construção de outros mundos.

Aqui podem inserir-se os debates pós-desenvolvimentistas e outros, como os decrescentistas (aqueles que questionam o crescimento econômico e sua sociedade), empenhados em superar a Modernidade e sua visão da acumulação material sem fim e a mercantilização da vida como caminhos únicos e irreversíveis. Uma Modernidade que condena o mundo “subdesenvolvido” — preso a teorias e conhecimentos provenientes do “desenvolvimento” — à prostração e à dependência, pois sua sobrevivência depende do mercado mundial onde se cristalizam as demandas da acumulação global.

Para superar tais ataduras urge valorizar adequadamente os saberes ancestrais, assumindo a complexidade que é definir sua ancestralidade. Isso requer construir um relacionamento respeitoso entre saberes e conhecimentos, algo alcançável se, entre outros temas de fundo, as tecnologias são colocadas a serviço da vida e não do capital.

Como evitar que as tecnologias caiam presas dos desígnios da acumulação do capital? Como tratar o conhecimento em função das demandas da comunidade? O desafio é assumir o controle sobre as tecnologias e não que estas nos controlem, como recomendavam Ivan Illich (2015) ou André Gorz (2008); autores que recobram força no marco dos debates sobre o decrescimento e na busca de alternativas profundamente transformadoras; principalmente as visões da convivialidade de Illich estão em sintonia com a essência do Bem viver.

O pré-requisito ineludível consiste, então, em dispor de sistemas para desenvolver e apropriar-se dos avanços científico-técnicos, nutridos ativamente e respeitosamente dos saberes e conhecimentos ancestrais. É preciso recuperar aquelas práticas que perduram até agora ou que podem apreender-se conhecendo sua história. Isso é importante se considerarmos que muitas experiências valiosas sobreviveram a centúrias de colonização e marginalização, enquanto outras não conseguiram.

Os conhecimentos ancestrais oferecem inumeráveis lições e até mesmo são a base de importantes avanços da ciência. Lamentavelmente muitos saberes ancestrais são — perversamente — aproveitados e patenteados por transnacionais. Isso ocorre com muitas plantas e inclusive animais andinos ou amazônicos transformados em elementos básicos para desenvolver novos medicamentos comercializáveis, por exemplo.



Das reflexões anteriores, conclui-se necessidade de reduzir a dependência existente em tecnologia, padrões de consumo, métodos de administração, sistemas de educação de valores, normas, expectativas, etc., que nos mantêm acorrentados às demandas do capital. E, como contrapartida, exigimos reconstruir a maior quantidade de autonomia, em que um ócio libertador — e não mercantil — desempenha um papel fundamental.

Aqui cabe incluir os bens comuns, entendidos como aqueles que pertencem, são de usufruto ou são consumidos por um grupo extenso de indivíduos ou pela sociedade em seu conjunto, sem existir a possibilidade de excluir alguém do seu consumo caso não pague por eles. Esses bens podem ser sistemas naturais ou sociais, palpáveis ou intangíveis (a Wikipédia, por exemplo), diferentes entre si, mas comuns ao ser herdados ou construídos coletivamente (mas que, não nos enganemos, também podem ser objeto da pilhagem e do saqueio) (Helfrich 2009 ou Mattei 2013).

Para defender e aproveitar os bens comuns, são necessárias discussões políticas a partir de uma agenda ampla e participativa, identificando o carácter comum de cada bem. É indispensável proteger as condições existentes para dispor dos bens comuns de forma direta, imediata e sem mediações mercantis ou similares. É preciso evitar a privatização (assim como a estatização) dos bens comuns existentes ou dos que possam vir a ser criados. Precisamos conceber, experimentar e produzir ambientes tecnológicos e jurídicos que incentivem a criatividade e a inovação para produzir bens comuns. E, no caso dos bens comuns intelectuais, é preciso propiciar o seu acesso livre e aberto.

Essas propostas pensadas a partir do Bem viver, sempre que sejam assumidas de forma ativa pelas sociedades, especialmente a partir do comunitário, podem projetar-se com força nos debates realizados em diversas regiões e poderiam inclusive enfrentar propositivamente a crescente alienação de grande parte da Humanidade. Em outras palavras, os debates pós-desenvolvimentistas podem enriquecer-se assumindo respeitosamente as visões indígenas sintetizadas no Bem viver.

Embora seja muito difícil assumir o desafio de construir o Bem viver em sociedades imersas na voragem do capitalismo — principalmente nas grandes cidades — estamos convencidos de que há muitas opções para começar a construir esta utopia em muitos lugares do planeta, inclusive a partir do próprio mundo “desenvolvido”.

O ponto de partida não é nem o Estado nem o mercado enquanto instituições totalizadoras. Uma autêntica democratização do poder exige participação e controle social a partir das bases da sociedade no campo e nas cidades, em bairros e comunidades¹⁶. Aqui são cruciais os movimentos sociais e os partidos políticos de novo cunho, profundamente sintonizados e enraizados na respectiva sociedade.

No entanto, nessa busca coletiva por múltiplas alternativas, principalmente nos espaços comunitários, não se podem marginalizar os atuais e urgentes desafios globais.

Definitivamente, esse é o grande desafio da Humanidade: refletir sobre si mesma ou extinguir-se.

16 Sobre o particular podem consultar-se as reflexões do autor no artigo: “*Repensando nuevamente el Estado ¿Reconstruirlo u olvidarlo?*” (2018).



Trabalho e lazer no Bem viver

“Os momentos de lazer são a melhor de todas as aquisições.”

Sócrates

Para o Bem viver, no social e no econômico o trabalho é fundamental. O trabalho é visto como uma instituição de construção da sociedade e de ajuda recíproca no comunitário. Não se trata do trabalho alienante e explorador do capitalismo. O trabalho no Bem viver intencionalmente busca o bem comum, e não a acumulação individual que — segundo o “ingênuo” liberalismo econômico — produziria resultados sociais positivos.

No Bem viver, trabalha-se para satisfazer necessidades e interesses coletivos, com uma ação comunitária cheia de condições festivas e afetivas. Neste contexto aparece o ócio como vivência comunitária que permite reproduzir e desfrutar a vida, compartilhando e equilibrando as relações.

Sem pretender esgotar o assunto e sem querer insinuar que tais formas produtivas e de trabalho devam ser impostas em toda economia, pior, da noite para o dia, poderíamos mencionar alguns relacionamentos econômicos próprios das comunidades indígenas, sempre ligados à esfera social e cultural¹⁷:

- *Minka (minga)*: Instituição de ajuda recíproca no âmbito comunitário. Garante o trabalho destinado a satisfazer necessidades e interesses coletivos buscando o bem comum da população, sem remuneração alguma. Por exemplo, ao construir e manter um canal de irrigação ou um caminho. A *minka* ou *minga* tocou outros grupos, fora do mundo indígena, principalmente em âmbitos populares. Um trabalho que normalmente culmina com uma celebração festiva.
- *Ranti-ranti (randi-randi)*: Diferentemente da típica troca pontual e única, o intercâmbio é parte de uma série interminável de transferências de valores, produtos e jornadas de trabalho. Sustenta-se no princípio de dar e receber sem determinar uma faixa de tempo, ação e espaço, relacionado com certos valores da comunidade sobre ética, cultura e conteúdo histórico. Também existe em outros espaços sociais, onde inclusive é conhecido como “o empresta mãos”.
- *Uyanza*: Momento que chama a conviver e a uma unidade festiva das comunidades. É uma ocasião para agradecer à *Pacha Mama* por sua capacidade regenerativa, isto é, pelos produtos que oferece aos seres humanos. E é também uma instituição de ajuda social e de reconhecimento às famílias que emprestaram sua força de trabalho. O grosso de contribuições para esta atividade provém das famílias que se saíram melhor no período precedente.
- *Uniguilla*: Atividade destinada à troca — sem mediação monetária — para complementar o alimentar, utilitário, melhorando a alimentação com produtos de outras áreas, principalmente de diferentes solos ou nichos ecológicos.

17 Aqui podem consultar-se os trabalhos de Quisantuña Sisa (2011) ou de Torre e Sandoval (2004). O autor agradece também os comentários de Yuri Guadinango.



- *Waki*: Entrega de terras cultiváveis ao partir, para outra comunidade ou família que as trabalha. Implica repartir os produtos cultivados entre ambas as comunidades ou famílias. Atividade que ocorre também no cuidado e criação de animais.
- *Makikuna*: Apoio que envolve toda a comunidade, família ampliada, amigos, vizinhos; uma espécie de apoio moral quando uma família mais precisa. Esta ajuda costuma ser solicitada em circunstâncias de imprevistos e emergências.

Cabe mencionar outras práticas como a *tumina*, a *probana*, a *yapa*, o *kamari*, etc. Um caso à parte por seu significado e cotidianidade — inclusive em âmbitos mestiços — é a *pampamesa*, um espaço/momento para compartilhar alimentos cozidos e fornecidos por todos os membros da comunidade conforme suas possibilidades e que são consumidos colocando-os sobre uma toalha, em torno da qual se sentam todos sem deixar espaços vazios. Essa lista pode ser ampliada. Todas essas formas de relacionamento se sustentam em princípios de reciprocidade, complementariedade, correspondência, solidariedade, criatividade e corresponsabilidade dos indivíduos entre si e com a Natureza.

Essas práticas socioeconômicas permitiram a muitas comunidades indígenas enfrentar o esquecimento e a exclusão do sistema colonial imperante. Além disso, ajudou-as a sustentar a sua produção em condições extremamente adversas, estimulando a criatividade e a solidariedade, incentivando no econômico uma moderação amarrada às demandas sociais e no político, sua identidade comunitária.

É importante conhecer os princípios que organizam de alguma forma este mundo de relações e ritualismos indígenas. O povo aymara — segundo Fernando Huanacuni Mamani (2010), um dos maiores conhecedores e propulsores do *suma qamaña*¹⁸— guardou os seguintes princípios para viver bem ou viver em plenitude:

1. Saber comer, saber alimentar-se. Não equivale a encher o estômago. A Mãe Terra proporciona os alimentos necessários, por isso se deve comer o alimento da época, da temporada, e o alimento local.
2. Saber beber. Equivale a entrar no coração, tirar do coração e emergir do coração para fluir e caminhar como o rio.
3. Saber dançar. Para entrar em relação e conexão cosmo-telúrica, toda atividade deve ser realizada com dimensão espiritual.
4. Saber dormir. É preciso dormir dois dias, isto é, antes da meia-noite, para ter as duas energias: a da noite e a da manhã do dia seguinte.
5. Saber trabalhar. Para o indígena, o trabalho não é sofrimento, é alegria, a atividade deve ser realizada com paixão, intensamente.
6. Saber meditar. Trata-se de uma introspecção. O silêncio equilibra e harmoniza, por isso, o equilíbrio se restabelece a partir do silêncio pessoal e se conecta ao equilíbrio e silêncio do ambiente e, como consequência dessa interação e complementação, emerge a calma e a tranquilidade.

18 Para facilitar a leitura, a apresentação de alguns desses princípios foi resumida e se omitiram os termos em aymara.



7. Saber pensar. É a reflexão, não somente a partir do racional, mas a partir do sentir; um princípio aymara diz: sem perder a razão caminhar a trilha do coração.
8. Saber amar e ser amado. O processo complementar mulher/homem, o respeito a tudo o que existe gera a relação harmônica.
9. Saber escutar. Não se trata somente de atender com os ouvidos, mas de perceber, sentir, escutar com todo o nosso corpo; se tudo vive, tudo fala também.
10. Falar bem. Antes de falar, é preciso sentir e pensar bem, falar bem significa falar para construir, consolar, contribuir; lembremos que tudo o que falamos se escreve nos corações de quem o escuta, às vezes é difícil apagar o efeito de algumas palavras; é por isso que é preciso falar bem.
11. Saber sonhar. Dado que tudo começa a partir do sono, este é o início da realidade. Através do sonho percebemos a vida. Sonhar é projetar a vida.
12. Saber caminhar. Não existe o cansaço para quem sabe caminhar. Nós nunca caminhamos sozinhos; seja com o vento, com a Mãe Terra, com o Pai Sol, com a Mãe Lua, seja com os ancestrais e com muitos outros seres.
13. Saber dar e saber receber. Reconhecer que a vida conjuga muitos seres e forças. Na vida tudo flui: recebemos e damos; a interação das duas forças gera vida. É preciso saber dar com bênção, agradecendo por tudo o que recebemos. Agradecer é saber receber; receber o brilho do Pai Sol, a força da Mãe Terra, fluir como a Mãe Água e tudo o que a vida nos dá.¹⁹

Estas formas e práticas indígenas foram e são, em consequência, igualmente potentes articuladores de rituais culturais e cerimoniais de convocatória e coesão de comunidades, bem como espaços de troca de normas socioculturais. Não esqueçamos que os mercados indígenas, enquanto espaços de convivência sociocultural, estavam presentes muitos antes da chegada dos espanhóis e de que o capitalismo tentasse apropriar-se deles. Em síntese, o econômico não se reduz a uma esfera separada. (Re)conecta-se com o social, com o comunitário, com o cultural, e com a Natureza, sem marginalizar o espiritual, que não pode ser confundido com o religioso. E essa poderia ser uma das grandes tarefas para pensar em outros mundos, assim que derrubarmos os muros que separam a obrigação da produção do consumo compartilhado, o trabalho do ócio.

É óbvio que estas formas de organizar a produção e o consumo geram complicações se forem pensadas em espaços mais amplos, não comunitários.²⁰ Poderia refletir-se sobre o potencial dessas práticas para enriquecer o funcionamento produtivo de uma economia determinada, pensando-as a partir de sua lógica cultural. No entanto, essas opções poderiam levar a tratar simplesmente de adequar — e terminar desvirtuando — o Bem viver às demandas empresariais dominantes da Modernidade, e não a superá-la, tal como ocorre com o “capitalismo verde”.

19 Cabe anotar três princípios básicos do movimento indígena: *ama killa* ou Não ser ocioso, *ama llulla* ou Não mentir, e *ama shuwa* ou Não roubar. Contribuições importantes sobre isso foram realizadas pela Universidade Intercultural Amawtay Wasi (2014), fechada por Rafael Correa, pois fugia aos critérios estabelecidos no projeto neodesenvolvimentista, modernizador do capitalismo que impulsionou o seu governo.

20 Pretender integrá-los na episteme da micro ou macroeconomia convencionais aparece como impossível pelos limites epistemológicos de ambos os ramos da mal chamada “ciência econômica” (Acosa e Cajas Guijarro, 2018).



De qualquer forma, o desafio é imaginar e construir economias — sempre com as suas correspondentes sociedades — a partir da relacionalidade, da reciprocidade, da solidariedade, da correspondência e, principalmente, das harmonias e dos equilíbrios; elementos próprios daquilo que consideraríamos uma economia e sociedade solidárias.

Para tirar algumas lições que ajudem a construir a economia do Bem viver — integrada plenamente com a vida comunitária, sem nenhuma pretensão de isolamento nem de superioridade —, cabe conhecer os limites da economia convencional, tendo como referência-chave os fundamentos da cosmovisão indígena. Particularmente será necessário valorizar e entender tanto o que representam a justiça social quanto a justiça ecológica, intimamente inter-relacionadas, pois uma não existe sem a outra, e vice-versa.

Outra economia requer ser pensada fora do antropocentrismo. É preciso aceitar que todos os seres têm igual valor ontológico sem importar nem a sua “utilidade” nem o “trabalho” requerido para sua existência. Precisamos reconhecer valores não instrumentais no não humano, superando o arcabouço materialista das velhas escolas econômicas. Isto é, essa outra economia aceita que as sociedades precisam — como toda formação social — de produção, distribuição, circulação e consumo para reproduzir sua vida material e sociopolítica. Processos que devem ser regidos por uma racionalidade socioambiental e não pelo capital, que sufoca o planeta em seus próprios desperdícios (Schuldt 2013).

Essa economia do Bem viver demanda des-mercantilizar os bens comuns e a Natureza, além de reconhecer seus Direitos, construir relações de harmonia com todos os seres vivos; introduzir, por igual, critérios comunitários para “valorizar” os objetos; descentralizar e desconcentrar a produção; mudar profundamente os padrões de consumo; redistribuir radicalmente riqueza e poder; incluindo a distribuição e redução do tempo de trabalho; e muitas outras ações a serem pensadas coletivamente.

A tarefa implica superar o universo, enquanto visão uniformizadora da realidade e de suas perspectivas, para (re)construir o pluriverso, que possibilita muitas verdades onde todos os mundos têm espaço vendo aos outros com dignidade.²¹

Outro ponto crucial é reconhecer que o Bem viver não pode circunscrever-se somente ao mundo rural. É certo que algumas propostas básicas, apenas enunciadas, provêm dali. Os atuais espaços urbanos, marcados por um ritmo frenético e individualista, aparecem distantes a uma vida solidária e respeitosa do ambiente. Um assunto complexo se, além disso, por definição aceitamos que não há cidades sustentáveis.

Este é um dos grandes e mais difíceis desafios: pensar o Bem viver para e a partir das cidades. Há muitas opções para assumir o desafio. Caberia aproveitar que, na América Latina, grande parte dos imigrantes para as urbes mantém laços estreitos com suas comunidades de origem. Nesse sentido, como exemplo, formaram-se grupos para (re)construir formas de Viver Bem na cidade de El Alto na Bolívia, por exemplo.

Em outras partes do mundo, há muitas práticas e propostas interessantes nesse âmbito

21 Ashish Kothari, Ariel Salleh, Arturo Escobar, Federico Demaria, Alberto Acosta; “Encontrando senderos pluriversales”, Revista Ecuador Debate 103, CAAP, Quito, 2018. Está perto de ser publicado o livro **Plurivers - A Post-Development Dictionary**, editado pela autora e pelos autores do artigo citado.



urbano. Como amostra de um universo cada vez maior, destacamos as chamadas “comunidades de transição” (*transitions towns*), que pretendem dotar de controle as próprias comunidades para suportar o desafio da mudança climática, da construção de uma economia liberada da dependência dos combustíveis fósseis.

A vida no campo e na cidade deve reencontrar-se com práticas que gerem satisfação e alegria em sua execução a partir de diversas facetas. Isso inclui repensar a organização dos tempos da cotidianidade, especialmente os de transporte nas cidades. E nesse ponto cabe localizar o ócio em estreito vínculo com o trabalho.

Mihaly Csikszentmihalyi, um especialista em assuntos de ócio afirma que “*quando o trabalho está sob o nosso controle e supõe a expressão da nossa individualidade, a distinção entre trabalho e ócio se esvaece*”; mais ainda, se essa individualidade se expressa em comunidade, pois somos comunidade. Aliás, essa possibilidade demanda superar trabalhos alienantes, com jornadas extenuantes ou condições deploráveis, bem como toda precarização laboral, como pode ser a atividade em uma mina, por exemplo.

Aqui emerge a necessidade de uma revisão integral do tempo destinado ao trabalho. E também cabe duvidar: qual forma social está implícita nos avanços tecnológicos — presumidamente democratizantes — com os quais deveríamos envolver-nos todos?

Por exemplo, em a cotidianidade muitos “avanços” tecnológicos substituem a força de trabalho — seja física ou intelectual — tornando obsoletos vários trabalhadores (Rotman 2017), bem como excluindo ou deslocando aqueles que não podem acessar a tecnologia; tudo isso redefine o trabalho em si, normalmente contribuindo a flexibilizá-lo, quase sempre gerando mais exploração. E, a propósito, teriam de recuperar-se as reflexões de Jeremy Rifkin que profetizou “o fim do trabalho” (1995).

Como resultado desses processos, o humano torna-se mera ferramenta para a máquina, quando a relação deveria ser inversa (como apontou Karl Polanyi, sabemos muito mais do que podemos explicar e talvez esse conhecimento seja o que nos distingue das máquinas [Ferrás 2017], ideia semelhante à que se registra no “paradoxo de Moravec” [Elliot 2017]).

Embora possa ser óbvio, vale insistir na tomada de “*consciência em relação ao tempo que dedicamos ao consumo de bens materiais à custa dos bens relacionais e o tempo que dedicamos ao ócio e ao entretenimento*” (Schuldt 2013). Tema ainda mais complexo se o analisamos a partir das conquistas tecnológicas atingidas, que não provocaram a ansiada liberação do trabalho alienante.

John Maynard Keynes, em um texto notável sobre as “Possibilidades econômicas dos nossos netos” de 1930, já antecipou o que o avanço da técnica poderia causar:

*“padecemos de uma nova doença cujo nome talvez ainda não seja conhecido por alguns leitores, mas da qual se ouvirá muito nos próximos anos — isto é, o desemprego tecnológico. O que significa um desemprego devido à descoberta de meios para economizar o uso do trabalho que supera o ritmo ao que podemos encontrar novos usos para o trabalho”.*²²

22 Mais grave ainda é ver como os avanços tecnológicos recentes se tornaram “*uma ferramenta capaz de controlar multidões com a mesma eficácia que o controle individualizado. As tecnologias que foram desenvolvidas nos últimos anos, muito em particular a inteligência artificial, vão nessa direção... desenvolvem-se prioritariamente*



A partir dessa perspectiva, para que exista uma técnica que inclua as pessoas no trabalho em vez de excluí-las, é necessário transformar as condições e relações sociais de produção. O objetivo é que a técnica potencialize as capacidades humanas, e não que as substitua e as deixe no desemprego à margem da sociedade. E que os avanços técnicos economizadores de trabalho — mais produtividade²³ dirão os economistas tradicionais, mais exploração dirão as abordagens mais críticas²⁴ — melhorem a vida dos trabalhadores, reduzindo suas jornadas de trabalho.

Um ponto crucial, pois é indispensável propor com seriedade a redução, redistribuição e redução do horário laboral, abrindo espaço a ocupações sociais e culturalmente produtivas (e não degradantes). É hora de tornar realidade as reflexões de Paul Lafargue (1848), John Maynard Keynes (1930), Bertrand Russell (1932), Karl Goerg Zinn (1998), Niko Paech (2012), entre outros, quem a partir de diversas leituras sugerem reduzir a jornada para 3 ou 4 horas por dia. Inclusive John Stuart Mill afirmou que

*“Confesso que não me agrada o ideal de vida defendido por aqueles que acreditam que o estado normal dos seres humanos é uma luta incessante por avançar, e que pisar, empurrar, dar cotoveladas e pisar os calcanhares daquele que está na frente, atos característicos do tipo atual de vida social, constituem o gênero de vida mais desejável para a espécie humana; para mim não são outra coisa senão sintomas desagradáveis de uma das fases do progresso industrial. (...) a melhor situação para a natureza humana é aquela na qual, enquanto ninguém é pobre, ninguém deseja também ser mais rico nem tem nenhum motivo para temer ser rejeitado pelos esforços de outros que querem adiantar-se”.*²⁵

aquelas que são mais adequadas para o controle de grandes massas” explica Raúl Zibechi (2018). Um exemplo disso é o monitoramento absoluto chinês: o seu sistema de vigilância chegou à identificação facial — conquista de ciência-ficção — onde já foram instaladas 176 milhões de câmeras de vigilância e, até 2020, pretendem instalar mais 200 milhões delas (<https://www.pagina12.com.ar/95490-la-vigilancia-china-no-deja-lugar-sin-monitorear>). Ninguém pode duvidar de que vivemos em tempos de dominação tecnológica, que segundo o próprio Zibechi: *“é parte da brutal concentração de poder e riqueza nos estados, que são controlados pela parcela 1% mais rica”*.

23 Tomar nota do que denunciava Lafargue (1848): *“A paixão cega, perversa e homicida do trabalho transforma a máquina libertadora em instrumento de sujeição dos homens livres: a sua produtividade empobrece-os. (...) À medida que a máquina se aperfeiçoa e despacha o trabalho do homem com uma rapidez e uma precisão incessantemente crescentes, o operário, em vez de prolongar o seu repouso proporcionalmente, redobra de ardor, como se quisesse rivalizar com a máquina. Ó, concorrência absurda e mortal!”*.

24 Como Marx (1867) diria claramente: *“É evidente que, com o progresso do sistema de máquinas e com a experiência acumulada de uma classe própria de operários com máquinas, a velocidade e, com isso, a intensidade do trabalho aumentam naturalmente (...) Logo que a revolta, gradualmente crescente, da classe operária coagiu o Estado a reduzir à força o tempo de trabalho e a impor, primeiro na fábrica propriamente dita, um dia de trabalho normal, a partir deste momento, portanto, em que foi cortado de uma vez por todas o aumento da produção de mais-valia por prolongamento do dia de trabalho, o capital lançou-se com todo o seu poder e plena consciência na produção de mais-valia relativa por desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas.”*.

25 *“Confieso que no me agrada el ideal de vida que defienden aquellos que creen que el estado normal de los seres humanos es una lucha incesante por avanzar, y que el pisotear, empujar, dar codazos y pisarle los talones al que va delante, que son característicos del tipo actual de vida social, constituyen el género de vida más deseable para la especie humana; para mí no son otra cosa que síntomas desagradables de una de las fases del progreso industrial. (...) la mejor situación para la naturaleza humana es aquella en la cual, mientras nadie es pobre, nadie desea tampoco ser más rico ni tiene ningún motivo para temer ser rechazado por los esfuerzos de otros que quieren adelantarse”*.



Atualmente, um dos mais lúcidos pensadores latino-americanos, Enrique Leff, recomenda transitar para outra organização da produção e da própria sociedade, assumindo esses desafios, para o que pergunta e propõe

“Como desativar o crescimento de um processo em cuja estrutura originária e em cujo código genético está instaurado um motor que o impulsiona a crescer ou morrer? Como levar a termo tal propósito sem gerar como consequência uma recessão econômica com impactos socioambientais de alcance planetário? [...] isso leva a uma estratégia de desconstrução e reconstrução, não para fazer o sistema estourar, mas para reorganizar a produção, a desengatar-se das engrenagens dos mecanismos de mercado, a restaurar a matéria extraída para reciclá-la e reorganizá-la em novos ciclos ecológicos. Nesse sentido a construção de uma racionalidade ambiental capaz de desconstruir a racionalidade econômica, implica processos de reapropriação da natureza e reterritorialização das culturas.” (2008)

Responder a esse desafio é cada vez mais urgente nos países industrializados, os maiores responsáveis do desastre ambiental global. Não se trata de que os países empobrecidos se mantenham na pobreza e miséria para que os países ricos sustentem seus insustentáveis níveis de vida. Isso nunca. O que sim deve ser motivo de atenção no Sul é não repetir estilos de vida social e ecologicamente insustentáveis. Nos países “subdesenvolvidos” é, portanto, igualmente urgente abordar com responsabilidade o tema do crescimento econômico. Assim, inicialmente, é ao menos oportuno diferenciar o crescimento “bom” do “mau”; crescimento que se define pelas correspondentes histórias naturais e sociais que ficam para atrás, tanto quanto pelo futuro que possa antecipar.

Essa não será uma tarefa fácil.

“Tendo ensinado a virtude suprema do trabalho duro, é difícil vislumbrar como as autoridades poderiam apontar para o paraíso no qual haverá muito lazer e pouco trabalho”, mais ainda quando se considera “a virtude do trabalho duro como um fim em si mesmo, ao invés de um meio para um estado de coisas no qual ele não é mais necessário”. E neste mundo do “trabalho duro” finalmente “atribuímos muito pouca importância ao divertimento e à simples felicidade, e que não julgamos a produção pelo prazer que ela proporciona ao consumidor” (Russel, 1932).

Essa preocupação já foi exposta por Keynes, em 1930,

“não há país nem pessoa, que possa considerar a era do ócio e da abundância sem temor. Porque fomos preparados para lutar e não para desfrutar. É um problema terrível para a pessoa comum, sem talentos particulares, dar-se uma ocupação, especialmente se já não tem raízes na terra, na tradição ou nas amadas convenções da sociedade tradicional”.



E essa aproximação ao tema produziu uma refutação apaixonante e também controversa ao suposto direito ao trabalho, uma exigência — hoje pouco conhecida — por uma sociedade da abundância e do gozo, liberada da escravidão do trabalho:

“Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a fortuna social e as vossas misérias individuais; trabalhem, trabalhem, para que, tornando-vos mais pobres, tenham mais razão para trabalhar e para serem miseráveis. Eis a lei inexorável da produção capitalista”, reclamava Paul Lafargue em “O direito à preguiça” (1848).

Esta tarefa implica um esforço de longo fôlego e de profundas transformações, no marco de transições múltiplas²⁶, cujas conotações deverão adquirir uma crescente urgência assim que se aprofundem as condiciones críticas desatadas nacional e internacionalmente, no social, ecológico e até econômico. Paulatinamente deverá ser revisto o estilo de vida vigente das elites e que serve de — inalcançável — marco orientador para a maioria da população; uma revisão que deverá processar, sobre bases de real equidade, a redução do tempo de trabalho e sua redistribuição²⁷, assim como a redefinição coletiva das necessidades em função de satisfazedores ajustados às disponibilidades da economia e da Natureza.²⁸ Mais cedo que tarde, ainda nos mesmos países “subdesenvolvidos” (quem dirá nos “desenvolvidos”), deverá priorizar-se a suficiência enquanto se procure o que realmente se precisa, em lugar de uma sempre maior eficiência — a partir de uma descontrolada competitividade e um consumismo desenfreado — que acabará destruindo a Humanidade.

Em síntese, indivíduos e comunidades deverão *“exercitar a sua capacidade de viver diferente”* (todos e todas em dignidade, em harmonia com a Natureza, NdA), como propõe o alemão Niko Paech; um economista que esboça o caminho para *“uma economia do pós-crescimento”* com o título *“Liberação do supérfluo”* (Befreiung vom Überfluss, 2012); uma proposta criada de baixo, por indivíduos e comunidades que pressionam para que os governantes as incluam em suas políticas. Nessa linha cabem as propostas de Pierre Rabhi (2013), um agricultor, pensador e escritor francês de origem argelino, que convida a caminhar para uma sociedade de *“a sobriedade feliz”*. Os países, aliás, devem *“aprender a viver com o nosso, pelos nossos e para os nossos”*, como recomendava o argentino Aldo Ferrer, reduzindo a nociva dependência do mercado externo.²⁹

26 Cada vez são propostos novos e mais concretos elementos sobre como gerar essas transições que, aliás, estarão ajustados aos respectivos territórios e momentos. Entre outros, podemos mencionar e recomendar as propostas de Christian Felber (2012) sobre como mudar as empresas capitalistas para uma economia do bem comum. É preciso construir, como recomenda Eduardo Gudynas, transições plurais, claras e precisas a partir de horizontes utópicos como o Bem viver.

27 Vide as reflexões de Karl-Georg Zinn (1998), Professor da Universidade Técnica de Aachen, que propõe gerar emprego a partir da redistribuição do trabalho, por exemplo.

28 Lembremos que as necessidades são limitadas, classificáveis e finitas; enquanto que os satisfazedores são ilimitados: Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986).

29 As palavras de John Maynard Keynes (1933) fazem muito sentido quando diz que *“Eu simpatizo, portanto, com aqueles que minimizariam, antes que com aqueles que maximizariam, o envolvimento econômico entre nações. Ideias, conhecimento, ciência, hospitalidade, viagens, essas são as coisas que por sua natureza deveriam ser internacionais. Mas deixem que os bens sejam produzidos localmente sempre e quando for razoável e convenientemente possível, e, principalmente, deixemos que as finanças sejam primordialmente nacionais”*



Em definitiva, a tarefa é repensar o mundo do trabalho vinculando-o com outros mundos dos quais nunca deveria ter-se isolado. Nesse esforço cabe repensar também o ócio, não para normatizá-lo, mas para liberá-lo; não para fazer dele um negócio, mas para desmercantilizá-lo ampliando o seu potencial comunitário, criativo e lúdico, diversificando-o a partir da enorme pluriversidade cultural do mundo.

E é no Bem viver onde as pessoas podem organizar-se para recuperar e assumir o controle de suas próprias vidas, de seu trabalho e de seu ócio. Mas isso não é tudo. Já não se trata somente de defender a força de trabalho e de recuperar o tempo de trabalho excedente para os trabalhadores, isto é, de opor-se à exploração da força de trabalho recuperando o direito ao ócio como um Direito Humano. Também está em jogo a defesa da vida contra esquemas antropocêntricos de organização socioeconômica, destrutores do planeta via depredação e degradação ambientais. Tanto a exploração do ser humano quanto a da Natureza são inadmissíveis.

Isso mostra quão urgente é superar o divórcio entre a Natureza e a Humanidade, assim como o divórcio entre a produção alienante e o ócio emancipador. Tal mudança histórica é o maior desafio da Humanidade se no quiser acabar os seus dias em meio à barbarie, à loucura e ao suicídio coletivo.

Uma curta reflexão para reinventar o futuro

“Uma estranha loucura se apossou das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta consigo misérias individuais e sociais que há dois séculos torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda do trabalho, levado até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e da sua progenitora. Em vez de reagir contra esta aberração mental, os padres, os economistas, os moralistas sacrossantificaram o trabalho”

Paul Lafargue (1848)

Tudo isso cheira a utopia, e é disso mesmo que se trata. É preciso escrever todos os rascunhos possíveis de uma utopia por construir. Uma utopia que critica a realidade a partir do Bem viver. Uma utopia possível que, ao ser um projeto de vida solidário e sustentável, deve ser uma alternativa coletivamente imaginada, politicamente conquistada e construída, a ser executada por ações democráticas, em todo momento e circunstância. Está na mira superar a miséria da modernização, tão miserável que já está levando-nos para a modernização da miséria.

A tarefa inclui abrir a passagem para milhares de diversas práticas alternativas, não capitalistas, muitas existentes agora em todo o planeta. Existem muitas opções orientadas por horizontes utópicos que propugnam uma vida em harmonia entre os seres humanos, e deles com a Natureza. Nesse contexto, sintonizam-se estreitamente o decrescimento e o pós-extratativismo (Acosta e Brand, 2017).



Para propiciar esta “grande transformação”, conta-se com essas práticas concretas, não com simples teorias. Inclusive existem diversas opções de ação propostas no âmbito global.³⁰ E nesse esforço múltiplo há muito que aprender do Bem viver.

Em definitiva, é preciso questionar a tentativa falida de impulsionar — como mandado global e como caminho unilinear — o “progresso” em sua derivação produtivista e o “desenvolvimento” como direção única, principalmente sua visão mecanicista de crescimento econômico. Não se trata de reeditar os exemplos supostamente bem-sucedidos dos países “desenvolvidos”. Em primeiro lugar, isso não é possível. Em segundo, não são realmente bem-sucedidos. Em terceiro, a mera tentativa está levando-nos a uma hecatombe.

O potencial do Bem viver, em um contexto amplo, nacional e internacional, reside nas possibilidades de diálogo que abre. A sua contribuição, em especial, poderia estar na construção coletiva de pontes entre conhecimentos ancestrais e modernos. Para isso, nada melhor que um debate franco e respeitoso, que já nasceu.

Agora o que interessa é romper distâncias. Óbvias pelo que resta se consideramos que a Modernidade, o capitalismo, em definitiva, é a síntese de civilizações fundadas na dominação dos seres humanos e da Natureza, principalmente no patriarcado, o racismo e a colonialidade. No Bem viver, poderiam resumir-se aquelas visões alternativas alterativas que denunciam e enfrentam as lógicas opressivas do capital.

Então, cabe estabelecer uma relação respeitosa e construtiva entre aqueles que se entrincheiram para defender sua visão do Bem viver como um conceito fechado, o autêntico, e quem pretende transformá-lo num conceito aberto, que emerge, isso sim, recuperando os eixos fundamentais daquelas culturas milenares dos povos indígenas. Em uma margem do caminho aparece um conceito, em plena reconstrução, que se extrai do saber ancestral, em alguns casos olhando demais para o passado. Na outra margem do (mesmo) caminho, o conceito, também em (re)construção, é assumido olhando para o futuro. Talvez o potencial resida em que os do passado olhem algo mais para o futuro (e para o presente) e os do futuro contribuam com uma visão menos beata do passado.

Insistimos, as propostas do Bem viver provenientes do mundo indígena andino-amazônico não são as únicas alternativas com capacidade alterativa. Há muitas outras. A demanda histórica reside, então, em somar múltiplas propostas de vida comunitária, como as dos zapatistas, assim como a uma multiplicidade de lutas feministas, camponesas, ecologistas (Acosta e Machado, 2012), entre outras. Aqui há uma multiplicidade de pontos de encontro com as ações do movimento “decrecentista”.³¹

A tarefa não é fácil. Superar visões dominantes e construir novas opções de vida tomará tempo. Será preciso fazê-lo no curso do processo, reaprendendo, desaprendendo e aprendendo a aprender simultaneamente. Isso exige uma grande dose de constância, vontade e humildade; e principalmente muita criatividade e cada vez mais alegria.

O Bem viver, já o dissemos, deve assumir-se como uma categoria em permanente construção

30 A proposta de deixar o cru no subsolo na Amazônia equatoriana: a Iniciativa Yasuní-ITT, foi e continua sendo um grande exemplo de ação global, surgida a partir da sociedade civil de um pequeno país como é o Equador (Acosta 2014).

31 Federico Demaria, Francois Schneider, Filka Sekulova, Joan Martínez-Alier; “¿Qué es el decrecimiento? De um lema activista a um movimento social, Revista Ecuador Debate 103, CAAP, Quito, 2018.



e reprodução. Não é um conceito estático nem retrógrado. O Bem viver, em definitiva, é uma categoria central do que se poderia entender como “a filosofia de vida” de muitas sociedades indígenas que não se inserem (plenamente) ou que resistem a entrar na Modernidade. E, a partir dessa perspectiva, projeta-se como uma proposta com potencial inclusive global, embora historicamente tenha sido marginalizada.

Para concluir, lembremos que o Bem viver compreende a comunidade como a conjunção harmônica dos vivos, os antepassados e as futuras gerações. E, a partir dessa harmonia, vinculada com a Mãe Terra, garante-se a preservação da vida. Assim o conceito de vida se amplia para o meio ambiente e para os nossos netos e netas. Nós seres humanos, enquanto Natureza, não somos indivíduos isolados, somos comunidade social e natural. Isso nos conduz a um reencontro com a Natureza e com a comunidade, comina-nos a dar o salto civilizatório que demanda vigência plena dos Direitos Humanos, em estreita comunhão com os Direitos da Natureza. Um salto civilizatório em que o “ócio mercantil” e alienante seja substituído pelo “ócio emancipador”.

Bibliografia

- Acosta, Alberto (2018): “Repensando nuevamente el Estado ¿Reconstruirlo u olvidarlo”, vários autores, **América Latina: Expansión capitalista, conflictos sociales y ecológicos** (2018), Universidad de Concepción, Chile.
- Acosta, Alberto; **El Buen Vivir Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos**, ICARIA, (2013), a partir de una edición preliminar en Abya-Yala Ecuador (2012). (Este livro foi editado em edições revisadas e ampliadas continuamente, em francês – Utopia, 2014, em alemão – Oekom Verlag, 2015, em português - Editora Autonomia Literária e Editora Elefante, 2016, em holandês - Uitgeverij Ten Have, 2018).
- Acosta, Alberto (2014); “Iniciativa Yasuní-ITT - La difícil construcción de la utopía” <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=180285>
- Acosta, Alberto (2012); “Riesgos y amenazas para el Buen Vivir”, en la Revista Ecuador Debate N° 84, CAAP, Quito, 2012.
- Acosta, Alberto e Machado, Decio (2012); “Movimientos comprometidos con la vida. Ambientalismos y conflictos actuales en América Latina”, en la *Revista Colección OSAL*, CLACSO, Buenos Aires.
- Acosta, Alberto e Cajas Guijarro, John (2018); “Reflexiones sobre el sin-rumbo de la economía - De las “ciencias económicas” a la posteconomía”, Revista Ecuador Debate 103, CAAP, Quito, 2018.
- Acosta, Alberto e Brand, Ulrich (2017); **Salidas del laberinto capitalista – Decrecimiento y Postextractivismo**, ICARIA, Barcelona, com edições publicadas na Argentina (2017), Equador (2017), Alemanha (2018).
- Csikszentmihalyi, Mihaly (2001); “Ocio y creatividad en el desarrollo humano”, en vários autores y autoras; **Ocio y Desarrollo – Potencialidades del Ocio para el Desarrollo Humano**, Universidad de Deusto, Bilbao.
- Daly, Herman E. (Comp) (1990); **Economía, ecología, ética – Ensayos hacia una economía en estado estacionario**, Fondo de Cultura Económica, México.
- D’Alisa, Giacomo; Demaria, Federico; Kallis, Giorgios, editores (2015); **Decrecimiento. Vocabulario para una nueva era**, ICARIA, Barcelona.
- Da Torre, Luz Marina, e Peralta S., Carlos (2004); **La reciprocidad en el Mundo Andino**. Abya-Yala e ILDIS, Quito.



- Demaria, Federico; Schneider, Francois; Sekulova, Filka; Martínez-Alier, Joan (2018); “¿Qué es el decrecimiento? De un lema activista a un movimiento social”, *Revista Ecuador Debate* 103, CAAP, Quito, 2018.
- Escobar, Arturo (2014); **Sentipensar con la tierra – Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**, Ediciones Unaula, Medellín.
- Elliot, Larry (2017); “Moravec’s Paradox of Artificial Intelligence and a Possible Solution by Hiroshi Yamakawa with Interesting Ethical Implications”, <https://e-discoveryteam.com/2017/10/29/moravecs-paradox-of-artificial-intelligence-and-a-possible-solution-by-hiroshi-yamakawa-with-interesting-ethical-implications/>
- Esterman, Josef (2014); “Ecosofía andina – Un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de vida plena”, en el libro **Bifurcación del Buen Vivir y el sumak kawsay**, Ediciones SUMAK, Quito.
- Felber, Christian (2012). **Gemeinwohl – Ökonomie – Eine demokratische Alternative wächst**, Deuticke, Wien. Publicado también en español **La economía del bien común**. Deusto S.A. Ediciones.
- Ferrás, Xavier (2017); “Inteligencia Artificial y el poder de saber más de lo que puedes explicar”, <https://www.sintetia.com/inteligencia-artificial-y-el-poder-de-saber-mas-de-lo-que-puedes-explicar/>
- Giraldo, Omar Felipe (2014); **Utopias en la era de la supervivencia – Una interpretación del Buen Vivir**, Editorial ITACA, México.
- Gorz, André (2008); **Crítica de la razón productivista**, La Catarata, Madrid.
- Gudynas, Eduardo (2014); “Buen Vivir: sobre secuestros, domesticaciones, rescates y alternativas”, no libro **Bifurcación del Buen Vivir y el sumak kawsay**, Ediciones SUMAK, Quito.
- Gudynas, Eduardo y Alberto Acosta (2011); “El buen vivir o la disolución de la idea del progreso”, en Mariano Rojas (coordinador) del libro **La medición del progreso y del bienestar - Propuestas desde América Latina**, Foro Consultivo Científico y Tecnológico de México, México.
- Helfrich, Silke y Fundación Heinrich Böll (2012); **Commons – Für eine neue Politik jenseits von Markt und Staat**, transcript Verlag, Bielefeld.
- Huanacuni Mamani, Fernando (2010); **Vivir Bien / Buen Vivir Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales**, Convenio Andrés Bello, Instituto Internacional de Investigación y CAO, La Paz.
- Houtart, François (2011). “El concepto del sumak kawsay (Buen Vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad”, **Revista Ecuador Debate** N° 84, CAAP, Quito.
- Illich, Iván (2015); **Obras reunidas**, Fondo de Cultura Económica, México.
- Keynes, John Maynard (1933); “*Autosuficiencia Nacional*”, **Revista Ecuador Debate** N° 60, CAAP, Quito diciembre 2003.
- Keynes, John Maynard (1930); “Posibilidades económicas de nuestros nietos”, *Economic Possibilities for our Grandchildren*, en: **Essays in Persuasion**, New York: W. W. Norton & Co., 1963, pp. 358-373.
- Kothari, Ashish; Salleh, Ariel; Escobar, Arturo; Demaria, Federico; Acosta, Alberto (2018); “Encontrando senderos pluriversales”, **Revista Ecuador Debate** 103, CAAP, Quito, 2018.
- Kothari, Ashish; Demaria, Federico; Acosta, Alberto; “Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: Alternatives to sustainable development and the Green Economy”, **Development** 57.3/4
- Lafargue, Paul (1848); **El derecho a la pereza** (2011), Editorial: MAIA EDITORES, Madrid.
- Leff, Enrique (2010); “Imaginario social y sustentabilidad”, en la revista **Cultura y representaciones sociales**, vol. 5 núm. 9 México: UNAM.
- Leff, Enrique (2008); “*Decrecimiento o deconstrucción de la economía*”, revista virtual **Peripecias** N° 117, 8 de octubre.
- Martínez Alier, Joan (2008); Decrecimiento sostenible, **Revista Ecología Política**, No 35, ICARIA.
- Max-Neef, Manfred (1993); “Una manera estúpida de vivir”, en Manfred Max-Neef (2017); **Economía herética – Treinta y cinco años contracorriente**, ICARIA, Barcelona.



- Max-Neef Mandred, Antonio Elizalde, Martín Hopenhayn (1986); **Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro, Development Dialogue**, número especial, CEP/AUR, Fundación Dag Hammarskjöld.
- Marx, Karl (1844); **El poder del dinero** en **Manuscritos Económicos y filosóficos**. En Marx, K. y Engels, F., Collected Works Vol. 3 (pp.322-326). International Publishers. Nueva York.
- Marx, Karl (1867); **El Capital. Tomo I. El proceso de producción del capital**. Fondo de Cultura Económica, México.
- Oviedo Freire, Atawallpa (2011); **Qué es el sumakawsay – Más allá del socialismo y capitalismo**, Quito.
- Quisantuña Sisa, Mirian Imelda (2011); "Prácticas sociales y culturales de las comunidades andinas, una propuesta en la consolidación de economía social y solidaria", monografía no curso de economía social e solidária, FLACSO, Quito.
- Papa Francisco (2015); **Encíclica Laudato Si**.
- Polanyi, Karl (1944); **La gran transformación – Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo**, México, Fondo de Cultura Económica.
- Pueblo de Sarayaku (2018); **Declaración del Kawsak Sacha / Selva Viviente**", Sarayaku.
- Quijano, Aníbal (2014); **Cuestiones y Horizontes – Antología Esencial – De la dependencia histórica-estructural a la colonialidad/decolonialidad del poder**, CLACSO, Buenos Aires.
- Rahbi, Pierre (2013); **Hacia la sobriedad feliz**, Errata Natrae, Madrid.
- Rifkin, Jeremy (1995); **The End of Work: The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era**, Putnam Publishing Group.
- Roegen, Nicholas Georgesku (1971); **The Entropy Law and the Economic Process**, Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts.
- Rotman, David (2017); "El ritmo implacable de la automatización (y el futuro del empleo)", MIT Technology Review, publicado por Opinno. <https://www.technologyreview.es/s/6783/el-ritmo-implacable-de-la-automatizacion-y-el-futuro-del-empleo>
- Russel, Bertrand (1932); "Elogio de la ociosidad", Universidad Complutense de Madrid: <http://webs.ucm.es/info/bas/utopia/html/russell.htm>
- Sachs, Wolfgang (2017); "The Sustainable Development Goals and Laudato si': varieties of Post-Development?", **Third World Quarterly**, 38:12, 2573-2587.
- Sachs, Wolfgang (1992); - Sachs, Wolfgang (1992); **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**, Zed Books, London.
- Schuldt, Jürgen (2013); **Civilización del desperdicio - Psicoeconomía del consumidor**. Universidad del Pacífico, Lima.
- Solón; Pablo (2016); **¿Es posible el Buen Vivir?, Reflexiones a Quema Ropa sobre Alternativas Sistémicas**, Fundación Solón, La Paz.
- Tortosa; José María (2011); **Maldesarrollo y mal vivir – Pobreza y violencia escala mundial**, en Acosta, Alberto y Martínez, Esperanza (editores), serie Debate Constituyente, Abya-Yala, Quito.
- Unceta, Koldo; (2018); "Alcance y vigencia del postdesarrollo: de la crítica del desarrollo al debate sobre las transiciones", **Revista Ecuador Debate 103**, CAAP, Quito, 2018.
- Unceta, Koldo (2014); **Desarrollo, postcrecimiento y Buen Vivir – Debates e interrogantes**, en Acosta, Alberto y Martínez, Esperanza (editores), serie Debate Constituyente, Abya-Yala, Quito.
- Universidad Intercultural Amawtay Wasi (2004), **Aprender en la sabiduría y en el Buen Vivir**, Quito (Publicada em três idiomas: quéchua, espanhol e inglês).
- Zibechi, Raúl (2018); "El siglo del control de las masas", <http://www.jornada.com.mx/2018/02/16/opinion/019a1pol>
- Zinn, Karl George (1998); "Machtfrage Vollbeschäftigung", en la revista **Sozialismus** N° 3.